

8077 P Q1

# DESPACHO

Transcorrido, in albis, o prazo de sanção e veto por parte do Prefeito Municipal, tem-se que ocorreu à sanção tácita na forma do § 1° do Art. 83 da Lei Orgânica Municipal. Transcorrido, ainda, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da promulgação da Lei por parte (quarenta e oito) horas da promulgação da Lei por parte do prefeito municipal encaminhe-se ao Presidente da Câmara para promulgar publicar a Lei, na forma do Câmara para promulgar orgânica Municipal de Vitória.

2m 13 de setembro de 2019.

Rivelino pranço dos Santos Diretor do Departamento Legislativo CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA







OF.PRE.ENC.LEIS Nº 105

Vitória, 17 de Setembro de 2019.

Assunto: Lei Promulgada

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. a **Lei Ordinária nº 9.571/2019,** referente ao **Projeto de Lei nº 152/2019,** de autoria do Vereador Roberto Martins desta casa, publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal.

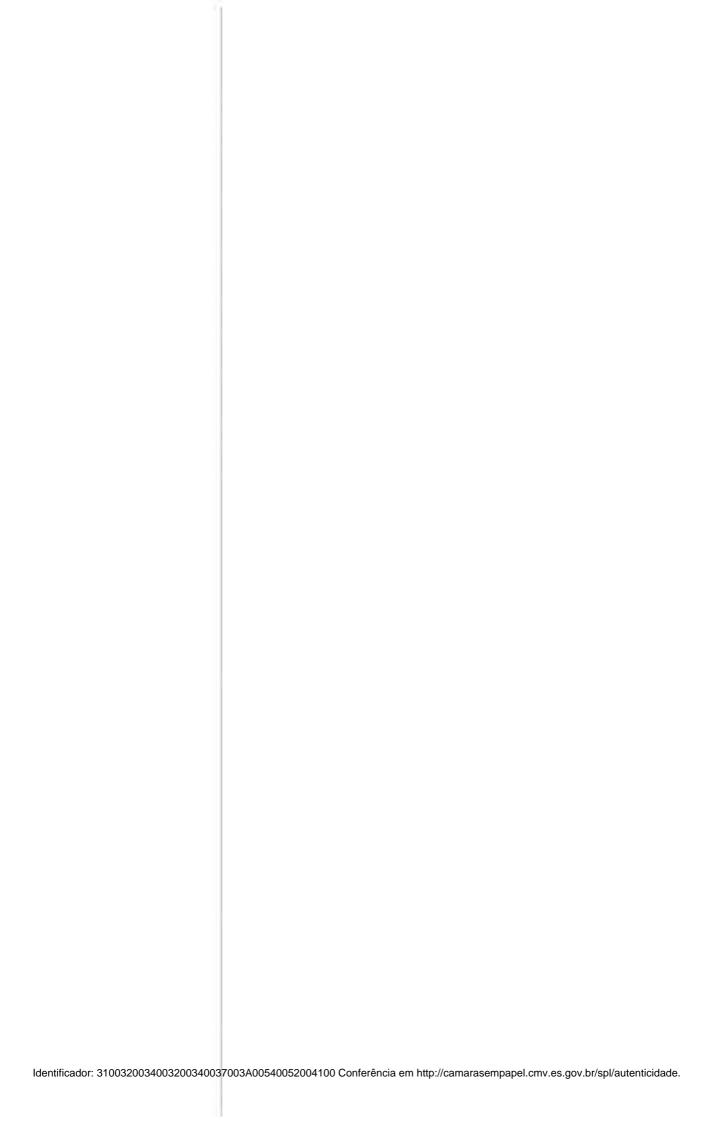
Atenciosamente,

Cléber José Félix PRESIDENTE

Exmo. Sr. Luciano Santos Rezende Prefeito Municipal de Vitória NESTA

Receive em as los p

As 14/100





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
8277	19	0

# Câmara Municipal de Vitória Estado do Espírito Santo

CMV/DEL		
Publicado no Diário Oficial		
Legislativo Municipal/ES		
de: 19129119		
$(\nabla)_{I}$		
Subvica		

LEI Nº 9.571/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

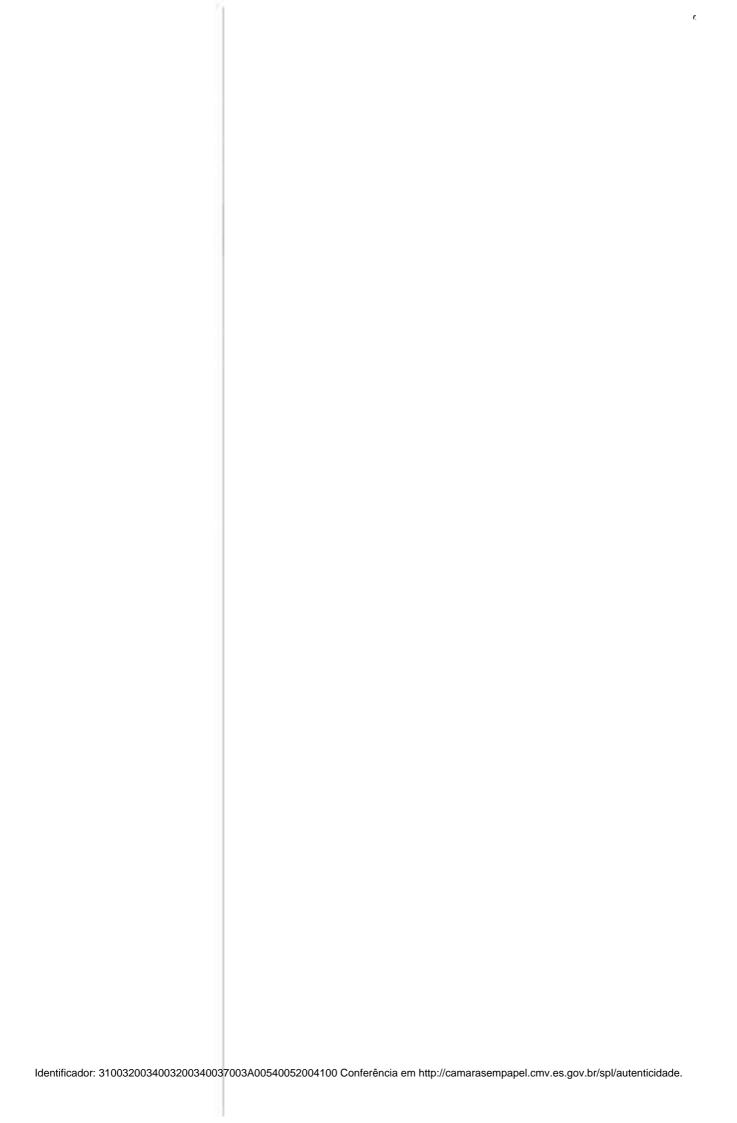
"Altera a Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, garantido o exercício da liberdade religiosa no âmbito do Município de Vitória".

**Art. 1º**. O art. 1º da Lei nº 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. A qualquer pessoa física que promover ou concorrer para discriminação de pessoas em virtude de sua identidade e orientação sexual, bem como origem, raça, idade, sexo e cor, serão aplicadas as sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo de outras de natureza civil ou penal.

**Art. 2º.** O artigo 2º da Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, passa a vigorar acrescido de Parágrafo Único com a seguinte redação:

Proc. nº 8.257/2019





PROCESSO FOLHA RUBRICA

## Câmara Municipal de Vitória Estado do Espírito Santo

Art. 2º (...)

Parágrafo Único. As sanções administrativas previstas nesta Lei não alcançam e nem restringem o exercício da liberdade religiosa em todo território municipal. (NR)

**Art. 3º** Ficam revogados o inciso II e suas alíneas "a" e "b", do art. 3º da Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014.

**Art. 4°.** O art. 3° da Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, passa a vigorar acrescido do § 2° com a seguinte redação:

Art. 3° (...)

- § 1º As penalidades previstas neste artigo ficarão sob regulamentação do Poder Executivo, de acordo com a gravidade da conduta do infrator, bem como sua reincidência.
- § 2º Na apuração e aplicação das penalidades previstas nesta Lei, serão assegurados o contraditório e ampla defesa e o devido processo legal com garantia de três instâncias recursais. (NR)

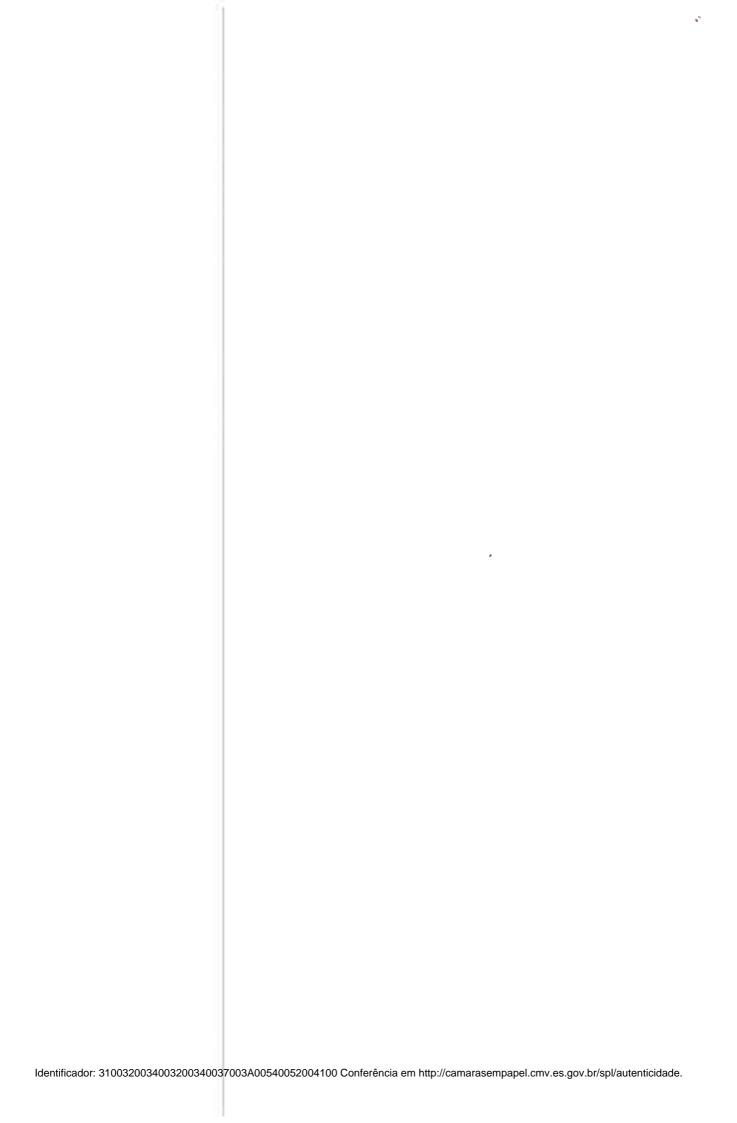
Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 17 de Setembro de 2019.

Cléber dosé Félix

RESIDENTE

Proc. nº 8.257/2019





# DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PROCESSO FOLHA RUBRICA

RUBRICA

RUBRICA

RUBRICA

RUBRICA

RUBRICA

Câmara Municipal de Vitória/ES

Edição: 1056 Ano VII

Vitória (ES), Quinta-feira, 19 de Setembro de 2019.

#### ATOS DA PRESIDENCIA

### LEI Nº 9.571/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

"Altera a Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, garantido o exercício da liberdade religiosa no âmbito do Município de Vitória".

**Art. 1º.** O art. 1º da Lei nº 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. A qualquer pessoa física que promover ou concorrer para discriminação de pessoas em virtude de sua identidade e orientação sexual, bem como origem, raça, idade, sexo e cor, serão aplicadas as sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo de outras de natureza civil ou penal.

**Art. 2º.** O artigo 2º da Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, passa a vigorar acrescido de Parágrafo Único com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

Parágrafo Único. As sanções administrativas previstas nesta Lei não alcançam e nem restringem o exercício da liberdade religiosa em todo território municipal. (NR)

**Art. 3º** Ficam revogados o inciso II e suas alíneas "a" e "b", do art. 3º da Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014.

**Art. 4^{\circ}.** O art.  $3^{\circ}$  da Lei 8.627, de 26 de Fevereiro de 2014, passa a vigorar acrescido do §  $2^{\circ}$  com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

§ 1º – As penalidades previstas neste artigo ficarão sob regulamentação do Poder Executivo, de acordo com a gravidade da conduta do infrator, bem como sua reincidência.

§ 2º Na apuração e aplicação das penalidades previstas nesta Lei, serão assegurados o contraditório e ampla defesa e o devido processo legal com garantia de três instâncias recursais. (NR)

Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 17 de Setembro de 2019.

### CLÉBER JOSÉ FÉLIX PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

